

ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADC Hoje VOL 22 NO. 2 FEVEREIRO 2020



SADC @40 Aprofundar a integração regional em 2020

por Kizito Sikuka

O ANO 2020 oferece uma oportunidade para a SADC rever a sua agenda de integração, mas também para traçar o caminho de desenvolvimento da região ao entrar em 40 anos de cooperação regional. Esta edição da revista *África Austral Hoje* analisa algumas questões importantes da SADC para este ano.

Rumo à visão 2050

Uma das áreas prioritárias de foco da SADC em 2020 é a formulação de uma nova visão de 30 anos que definirá uma direção estratégica para a região implementar os seus programas e actividades até 2050.

O actual plano regional, o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC (RISDP), que foi aprovado em 2015, está chegando ao fim em Dezembro de 2020.

Espera-se que a visão proposta da SADC 2050 se baseie na visão existente da SADC, que é a de “um futuro comum numa comunidade regional que garantirá o bem-estar económico, melhoria dos padrões de vida e qualidade de vida, liberdade e justiça social, paz e segurança para o povo da África Austral”.

A Visão 2050 da SADC será alinhada com a Agenda da União Africana 2063, e a região decidiu que o Plano Estratégico 2020-2030 deve ser denominado RISDP 2020-2030.

Espera-se que os dois documentos estratégicos sejam apresentados para

aprovação na 40ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, agendada para Agosto em Maputo, Moçambique.

Fortalecer a implementação de iniciativas regionais

Intimamente ligado ao desenvolvimento de uma nova visão, o ano de 2020 é histórico, pois marca o último ano de implementação do RISDP revisto 2015-2020.

Espera-se que este ano os Estados Membros da SADC intensifiquem os esforços para implementar as actividades definidas no plano, bem como na estratégia de desenvolvimento industrial.

A Estratégia e o Roteiro de Industrialização da SADC 2015-2063 fornecem um quadro para as principais transformações económicas e tecnológicas na África Austral.

Para apoiar a sua implementação, um Protocolo da SADC sobre Indústria, que visa melhorar o ambiente político para o desenvolvimento industrial, foi aprovado em Agosto de 2019.

continua na página 2...

POLÍTICA	3
ENERGIA	4-5
TERRA	6
INFRAESTRUTURA	7
ZONAS HÚMIDAS	8-9
UNIÃO AFRICANA	10-11
ELEIÇÕES	12-13
GÉNERO	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

SADC @40 Aprofundar a integração regional em 2020



O protocolo é um instrumento jurídico independente e vinculativo que entrincheirá e dará efeito legal à Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC e ao seu Plano de Acção e respectivo Orçamento e garantirá uma coordenação, monitoria e avaliação adequadas da implementação, tanto a nível regional como nacional.

Promoção do Género e Desenvolvimento

Sobre género e desenvolvimento, a SADC e a comunidade global marcarão este ano o 25º aniversário da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres e da adopção da Declaração e Plataforma de Acção de Beijing (BDPfA) em 1995.

O BDPfA é uma agenda para o empoderamento das mulheres, que visa acelerar a implementação de iniciativas progressistas de género, além de remover todos os obstáculos à participação activa das mulheres em todas as esferas da vida pública e privada, através de uma participação total e igual nos aspectos económicos, sociais e culturais e de tomada de decisões políticas.

Embora a SADC tenha feito um progresso significativo no avanço da igualdade e equidade de género, o ano de 2020 oferece uma oportunidade para a região celebrar as realizações sociais, económicas, culturais e políticas das mulheres, observando as barreiras que impedem a aceleração da igualdade de género, especialmente no sector privado.

Tratando a situação energética regional

Durante o ano, a SADC continuará a fortalecer o desenvolvimento energético a nível regional para resolver a escassez de energia que impediu o crescimento económico e o desenvolvimento desde 2007 devido à diminuição da capacidade de produção e ao crescimento da demanda.

A SADC planeia encomendar um total de 8.781 megawatts de electricidade nova à rede eléctrica regional em 2020 através do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), que coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de electricidade na África Austral em nome das concessionárias dos Estados Membros. Outra prioridade no sector da energia é a finalização da revisão do Protocolo da SADC sobre Energia, que está ultrapassada e não captura algumas das dinâmicas em mudança no sector da energia, como a prioridade dada a uma maior aceitação de fontes e tecnologias de energia renovável, bem como o impacto das mudanças climáticas.

Espera-se que a SADC conclua um estudo sobre as modalidades e operações de um quadro de política regional para guiar a exploração de gás e petróleo.

Estabelecimento de um parlamento regional

A SADC continuará a trabalhar na proposta de transformação do Fórum Parlamentar da SADC (PF) num parlamento regional.

A 39ª Cimeira da SADC realizada em Dar-es-Salaam, República Unida da Tanzânia, em Agosto de 2019 “instruiu o Secretariado da SADC em colaboração com o Secretariado da PF da SADC para desenvolver o modelo que o Parlamento proposto da SADC assumiria, em termos de mandato, poderes e funções; e desenvolver um Roteiro para a transformação do PF da SADC num Parlamento da SADC.”

Espera-se que o modelo seja finalizado este ano e apresentado para aprovação na 40ª Cimeira da SADC agendada para Agosto em Moçambique.

A recém-nomeada Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Verónica Macamo Dhllovu, que presidirá o Conselho de Ministros da SADC para o ano que começa em Agosto de 2020, foi fundamental para fazer estimular a transformação quando

era Presidente da Assembleia República de Moçambique e Presidente de PF da SADC antes da sua nomeação para o seu novo cargo em Janeiro.

O estabelecimento proposto do Parlamento Regional da SADC fornecerá uma instituição representativa para os cidadãos da SADC, servindo assim como um interlocutor válido para as necessidades e desejos do público em geral.

Calar as armas

Paz e estabilidade são ingredientes essenciais para o sucesso da integração regional e do desenvolvimento sustentável. Como tal, os mecanismos de construção e manutenção da paz serão outra área de atenção da SADC em 2020.

De acordo com a aspiração da União Africana de “Calar as armas até 2020”, a SADC esforçar-se-á por pôr fim a guerras, conflitos civis, violência de género e conflitos violentos na região.

A região da SADC gozou geralmente de estabilidade, apesar de algumas bolsas de volatilidade na parte oriental da República Democrática do Congo, no Reino do Lesotho e em Madagáscar.

A SADC continuará assim a fazer um balanço das intervenções empreendidas pela região para promover a paz e a estabilidade nestes e em outros Estados Membros.

Impulsionados pelas eleições bem-sucedidas realizadas em 2019, pelo menos dois Estados Membros da SADC irão às urnas este ano - Seychelles e República Unida da Tanzânia.

Os tanzanianos votarão em Outubro para eleger seu presidente, parlamentares e conselheiros, enquanto as Seychelles tem a sua eleição presidencial numa data a ainda a ser anunciada entre Setembro e Novembro.

Solidariedade com o Zimbabwe

No dia 25 de outubro, os Estados Membros da SADC apoiarão o Zimbabwe na contestação da imposição de sanções económicas ao país.

A região declarou o 25 de Outubro de cada ano como a data em que os Estados Membros da SADC podem expressar colectivamente a sua desaprovação das sanções através de várias actividades e plataformas até que as sanções sejam levantadas.

O Presidente da SADC, Presidente John Magufuli, da Tanzânia, disse que as sanções ilegais “não afectaram apenas o povo do Zimbabwe e seu governo, mas toda a nossa região”.

O Zimbabwe enfrenta sanções económicas e bancárias desde 2002, quando os Estados Unidos e seus aliados ocidentais impuseram um embargo ao país em resposta ao programa de reforma agrária e ao papel principal desempenhado pelo Zimbabwe na intervenção da SADC na República Democrática do Congo em 1998 em apoio do governo local.

40ª Cimeira da SADC

A região convocará a sua 40ª Cimeira anual da SADC em Moçambique em Agosto para acompanhar e avançar a implementação da sua agenda de integração.

Na cimeira, o Presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, de Moçambique, assumirá a presidência rotativa da SADC do seu homólogo da Tanzânia, John Pombe Joseph Magufuli.

O Presidente Mokgweetsi Masisi, do Botsuana, ocupará a Presidência do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança, substituindo o presidente Emmerson Mnangagwa, do Zimbabwe.

O Órgão da SADC é responsável por promover a paz e a segurança na região da SADC. É incumbido de orientar e fornecer aos Estados Membros orientações sobre questões que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade na região. sardc.net □

Avaliação da Estratégia sobre Mulheres, Paz e Segurança

A SADC planeia realizar uma avaliação do progresso e desafios enfrentados pelos Estados Membros na implementação da Estratégia Regional da SADC sobre Mulheres, Paz e Segurança.

A Estratégia Regional da SADC sobre Mulheres, Paz e Segurança (2018-2022) fornece um quadro abrangente para orientar a implementação, monitoria, avaliação e relatórios sobre a integração do género na paz e segurança na região.

Apela também à operacionalização e implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSCR), bem como do Protocolo Revisto da SADC sobre Género e Desenvolvimento, para abordar os desafios específicos enfrentados por mulheres e crianças, particularmente na participação em processos de paz e segurança.

A participação ativa de mulheres e homens nos processos de paz e segurança, bem como a prevenção da violência sexual e de género e a protecção das mulheres durante situações de conflito e pós-conflito são essenciais para promover o desenvolvimento sustentável.

De acordo com o Secretariado da SADC, a avaliação da

Estratégia sobre Mulheres, Paz e Segurança deverá começar em Fevereiro, com conclusão prevista para Abril.

Alguns dos resultados esperados da avaliação incluem:

- Avaliação do progresso da implementação dos Estados Membros da SADC da UNSCR 1325 nos níveis regional e nacional;

- Identificação de desafios específicos enfrentados por mulheres e crianças e as medidas para abordar os problemas para garantir que as mulheres participem plenamente da tomada de decisões sobre paz e segurança; e
- Desenvolvimento de uma estratégia com

recomendações sobre como abordar questões e desafios na implementação da UNSCR 1325 pelos Estados Membros da SADC. A estratégia também deve fornecer detalhes de progresso, representação e integração de género nos Estados Membros da SADC. □

SADC adopta estratégias com parceiros internacionais de cooperação

A SADC e os seus Parceiros de Cooperação Internacional (ICPs) mantiveram um diálogo para discutir questões políticas e técnicas destinadas a fortalecer a cooperação entre as duas partes.

Convocado anualmente, o diálogo SADC-ICP é realizado no espírito da Declaração de Windhoek sobre uma Nova Parceria entre ICPs e a SADC, que foi adoptada em Windhoek, Namíbia, em Abril de 2006, bem como a Declaração de Parceria SADC-ICP, adoptada em Gaborone, Botswana em Fevereiro de 2014.

Falando no diálogo de 2019 realizado em Dezembro em Gaborone, a Directora em exercício do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da

Cooperação da África Oriental na República Unida da Tanzânia, Agnes Kayola, disse que o compromisso fornece uma plataforma única para o envolvimento com os ICPs como parceiros de desenvolvimento iguais.

Ela disse que os ICPs devem alinhar o seu apoio aos sectores prioritários e questões como a implementação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional revisto e a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC.

Os ICPs expressaram o seu compromisso de apoiar a integração e cooperação regional, bem como alinhar seu apoio às prioridades da SADC.

Na reunião de diálogo, sete grupos temáticos apresentaram a situação de implementação de várias prioridades da SADC, incluindo realizações e desafios enfrentados. Os sete grupos temáticos são:

- ❖ Comércio, Indústria, Finanças e Investimentos
- ❖ Paz e segurança
- ❖ Energia
- ❖ Tecnologia de Comunicação da Informação
- ❖ Grupo de Referência da Estratégia da Água
- ❖ Equidade em saúde e desenvolvimento inclusivo
- ❖ Agricultura e segurança alimentar.

O diálogo também testemunhou a criação de um novo grupo temático, focado nas mudanças climáticas e na gestão do risco de desastres.

Isso se deve aos efeitos devastadores das mudanças climáticas e à necessidade de acelerar intervenções destinadas a garantir a sustentabilidade ambiental.

As operações do grupo temático refletirão vínculos com outros sectores, uma vez que as questões das mudanças climáticas são de natureza transversal.

Os grupos temáticos representam o nível técnico e programático do diálogo de parceria entre a SADC e os ICPs são derivados das áreas prioritárias identificadas pela SADC, que são coordenadas para corresponder às áreas temáticas individuais dos ICP.

Cada grupo temático é presidido por um Director do Secretariado da SADC / Chefe de Unidade e copresidido por um representante do ICP Líder do grupo.

Os grupos temáticos se reúnem pelo menos duas vezes por ano em Gaborone. No entanto, as reuniões podem ser convocadas com mais frequência, conforme apropriado, dependendo da necessidade ou questões a serem abordadas. □

A RESOLUÇÃO 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSCR 1325) reafirma o importante papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos, negociações de paz, construção da paz, manutenção da paz, resposta humanitária e na reconstrução pós-conflito.

Salienta a importância da participação igual e do envolvimento total das mulheres em todos os esforços para a manutenção e promoção da paz e segurança.

O Protocolo Revisto da SADC sobre o Género e Desenvolvimento fornece a base para o empoderamento das mulheres, eliminação da discriminação e obtenção de igualdade e equidade de género através da promulgação de legislação sensível ao género e implementação de políticas, programas e projectos. □

8.780 MW de nova energia em 2020

A SADC pretende produzir quase 8.800 Megawatts de electricidade em 2020 para garantir que o fornecimento de energia na região atenda à demanda.

De acordo com o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), que coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de electricidade na África Austral em nome das concessionárias dos Estados Membros, a maior parte da nova energia será proveniente da África do Sul e Zâmbia.

Espera-se que a África do Sul contribua com cerca de 6.700 MW, enquanto a Zâmbia adicionará 970 MW à rede regional.

O Zimbabwe e a República Democrática do Congo devem contribuir com 600 MW e 360 MW, respectivamente.

O comissionamento da electricidade em 2020 faz parte de um grande plano da SADC, através do SAPP, para adicionar um total de 25.927 MW entre 2020 e 2023.

Um total de 6.181MW será comissionado em 2021, 8.932MW em 2022 e 2.033 em 2023.

A tabela abaixo mostra a capacidade de produção assumida, incluindo a quantidade que cada membro SAPP pode contribuir. □

Capacidade de Produção Assumida de 2020 a 2023

País	Projectos de Produção Assumidos, MW				Total (MW)	% Partilha
	2020	2021	2022	2023		
Angola	34	67	0	0	101	0.4%
Botswana	10	0	500	0	510	2%
RDC	360	0	0	0	360	1%
Eswatini	10	0	0	0	10	0.04
Lesotho	0	20	0	0	20	0.1%
Malawi	60	278	0	258	596	2%
Mozambique	30	0	550	0	580	2%
Namíbia	40	44	180	0	264	1%
África do Sul	6 667	4 837	4 920	600	17 024	66%
Tanzânia	0	235	2 530	1 012	3 777	15%
Zâmbia	970	100	252	163	1 485	6%
Zimbabwe	600	600	0	0	1 200	5%
TOTAL (MW)	8 781	6 181	8 932	2 033	25 927	100%
Desativação		75	1 870	2 280	4 225	

Fonte: Apresentação do SAPP ao Grupo Temático de Energia da SADC em Outubro de 2019

Seychelles Construirá Central Solar flutuante

A SEYCHELLES está a construir o primeiro sistema fotovoltaico solar flutuante em escala de utilidade em África.

A Comissão de Energia das Seychelles anunciou no início de Janeiro que o contrato para a construção do primeiro sistema fotovoltaico solar flutuante em escala de utilidade em África deverá ser assinados no

primeiro trimestre deste ano.

O anúncio foi feito após a concessão da licença para construir a central solar a uma empresa local, Quadran Seychelles Ltd.

Depois que os contratos de compra de energia e de apoio do governo forem assinados, será iniciada a construção da central de quatro megawatts na

lagoa de Providence em Mahe, a ilha principal.

Espera-se que a central forneça energia acessível e limpa à rede nacional.

Os licitantes apresentaram propostas financeiras com uma oferta pela tarifa em dólares americanos por quilowatt-hora, na qual forneceriam electricidade à Corporação de





Utilidade Pública (PUC) por meio de um contrato de compra de energia de 25 anos.

Quadran foi o melhor concorrente do projecto a 9,5 centavos de dólar por quilowatt-hora, o que representa uma economia financeira significativa em comparação com o custo actual de produção de electricidade nas Seychelles, um arquipélago no Oceano Índico, na costa leste da África.

O presidente-executivo da Comissão de Energia das Seychelles, Tony Imaduwa, disse que o projecto deve contribuir com cerca de 5,8 gigawatt-hora por ano, acrescentando que a nova iniciativa ajudará bastante a reduzir a importação de combustíveis fósseis, permitindo que o país economize moeda estrangeira.

Ele disse que "a energia fotovoltaica flutuante marinha possui um imenso potencial para ilhas e outros países escassos em terra, que podem ter um excelente potencial solar, mas não têm terra disponível para a energia solar fotovoltaica tradicional montada no solo".

A energia solar fotovoltaica flutuante foi implantada em escala em mercados como Ásia e Europa, mas essas instalações ocorreram em locais de água doce, como lagos e reservatórios. Nenhum PV solar flutuante ainda não foi implementado em um ambiente de água do mar em escala de utilidade.

Esse projecto inovador representa um importante passo adiante para a tecnologia, pois a central será localizada em um ambiente de água salgada e projectada para lidar com desafios como salinidade, flutuações de maré e correntes de água.

"Temos o prazer de liderar um projecto tão inovador e estamos confiantes de que é o primeiro de muitos por vir", disse Imaduwa. *Agência de Notícias Seychelles* □



RDC e Zâmbia desenvolvem Central de Luapula

PROGRESSOS SIGNIFICATIVOS foram feitos pela República Democrática do Congo e pela Zâmbia para desenvolver uma Central Hidroelétrica no rio Luapula.

O gerente do Centro de Coordenação do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), Stephen Dihwa, disse que os dois países estão conduzindo um estudo de pré-viabilidade que determinará a próxima fase do projecto.

O SAPP coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de electricidade na África Austral em nome das

concessionárias dos Estados Membros, e o centro está coordenando o desenvolvimento do projecto da central de Luapula.

Dihwa disse que, após a conclusão do estudo de pré-viabilidade, será feita uma avaliação em relação à construção da central.

"Queremos chegar a um ponto em que uma decisão deve ser tomada, se a central hidroelétrica de Luapula é um projecto que vale a pena perseguir ou não", disse ele, acrescentando que "estamos nesse estágio em que queremos entender as possibilidades

disso, porque projectos como esses podem parecer bons na superfície, mas existem algumas rachaduras no interior."

A central de Luapula deverá produzir cerca de 1.000 megawatts de energia, e sua construção inclui uma casa de força, salas de controle, uma subestação, uma barragem e estradas de acesso, a instalação de transformadores, bombas e turbinas e a instalação de linhas de transmissão. □

Revisão do Protocolo de Energia será finalizada este ano

UMA DAS prioridades para a África Austral este ano é a finalização da revisão do Protocolo da SADC sobre Energia.

Adoptado em 1996 a, o protocolo agora está desatualizado, pois não captura algumas das dinâmicas em mudança no sector de energia nos níveis regional, continental e global, como a maior aceitação de fontes e tecnologias de energia renovável, bem como o impacto das mudanças climáticas.

Outro desafio com o protocolo existente é que suas disposições não são juridicamente vinculativas, dificultando a execução e a implementação.

Espera-se que o Protocolo revisto da SADC sobre Energia tenha metas claras, práticas e gerenciáveis para permitir à região fortalecer a sua segurança energética e garantir que o suprimento de energia atenda à demanda.

Uma vez aprovado pelos Ministros de Energia da SADC e pelos Ministros responsáveis pela Justiça, o instrumento será entregue ao Conselho de Ministros da SADC antes de ser elevado à 40ª Cimeira de Chefes de Estado e Governo da SADC, marcada para Agosto em Maputo, Moçambique, para aprovação final.

Central Solar de Kunene agora em operação

A **NAMÍBIA** concluiu a construção de uma central solar de 150 kilowatt na região de Kunene. Falando na entrega oficial da central em Janeiro, o Ministro do Meio Ambiente, Pohamba Shifeta, disse que a nova central abordará facilmente a situação energética no país e aumentará a captação de fontes de energia renováveis.

As emissões de combustíveis fósseis aumentaram o aquecimento climático e causaram danos ambientais. Fontes de energia renováveis, como a solar, são acessíveis, seguras e confiáveis, mas também menos poluentes para o meio ambiente em comparação com a energia fóssil. □



Diálogo de Alto Nível sobre Políticas da UNECA "Reforma agrária transformará a SADC"

REFORMA E Administração da Terra na África Austral é a chave para a transformação económica e o desenvolvimento sustentável.

Esta foi a mensagem que emergiu de um Diálogo de Alto Nível sobre Reforma da Política Agrária e Transformação Económica Social na África Austral, realizado no início de Janeiro em Gaborone, Botswana, organizado pela Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA).

O diálogo observou que o acesso à terra era limitado na maioria dos Estados Membros da SADC, apesar do facto de que os beneficiários poderiam obter benefícios económicos através da utilização efetiva da terra.

Também foram levantadas preocupações sobre a correção dos desequilíbrios coloniais da propriedade e a venda de terras na África Austral a investidores estrangeiros.

Nesse sentido, foi proposto que os estrangeiros recebessem arrendamentos de curto prazo, enquanto os habitantes locais deveriam receber tratamento preferencial no acesso e posse de terras.

Outra questão discutida foi a falta de acesso e direitos à terra por mulheres, jovens, idosos e pessoas vivendo com deficiência.

O Ministro do Serviço de Gestão de Terras, Água e Saneamento do Botswana, Kefentse Mzwini, disse que a região se beneficiaria da realocação de terras por meio de crescimento e desenvolvimento socioeconómico acelerado.

"O Botswana considera a reforma agrária como uma parte estratégica e chave da nossa transformação socioeconómica geral, à medida que continuamos a acelerar a diversificação económica", disse ele, acrescentando que a reforma agrária tem potencial para diversificar a economia, contribuir para o

empoderamento económico e aumentar as oportunidades de emprego.

"A consecução dos ODS das Nações Unidas, particularmente a meta número um de erradicação da pobreza e a Agenda 2063, depende em grande parte da reforma agrária e da utilização da terra como um ativo económico. O desafio é como usar a reforma agrária para criar desenvolvimento."

O Diretor da UNECA para a África Austral, Professor Said Adejumobi, concordou dizendo que a reforma agrária era o mais importante

discurso contemporâneo de políticas públicas na região.

"É bastante emotivo, polémico, divisivo e tenso. Dada a história do colonialismo, a desapropriação de terras e a brutalidade que acompanhou o processo, continua a evocar dor e consequências terríveis para a maioria", afirmou.

"A terra em África não é apenas um recurso económico, mas também tem significado social e espiritual. Os sem-terra em África são geralmente considerados impotentes, especialmente

em muitas comunidades rurais. A natureza agrária das sociedades africanas torna a terra fundamental para meios de subsistência, relevância social e existência humana."

O Diálogo sobre Políticas de Alto Nível organizado pela UNECA reuniu uma ampla gama de partes interessadas, incluindo ministérios do governo responsáveis por terras e agricultura, academia e pesquisa. O objectivo era fornecer uma plataforma para as partes interessadas partilharem experiências sobre reforma agrária e desenvolvimento. □

A questão da terra na SADC

TERRA NA África Austral é uma fonte básica de subsistência para a maioria que depende principalmente da produção agrícola para ganhar a vida.

O sector agrícola contribui entre quatro e 27% do Produto Interno Bruto regional e cerca de 13% do total das receitas de exportação.

Embora existam diferenças na natureza da posse e uso da terra e maneiras pelas quais a questão está sendo abordada em toda a África Austral, ainda existem semelhanças críticas nas questões sociopolíticas e económicas fundamentais que alimentam conflitos persistentes, decorrentes da distribuição desigual e discriminatória da terra, bem como nos sistemas de posse de terra.

Na Tanzânia, Zâmbia e Moçambique, por exemplo, as terras agrícolas pertencem ao Estado e podem ser arrendadas por períodos variados para fins agrícolas ou comerciais.

O Zimbabwe recuperou as suas terras como terras estatais no ano 2000, depois que a população rural que havia se aglomerado em áreas comuns em terras não estêreis tornou-se impaciente após duas décadas de guerra e mais duas

décadas de negociações malsucedidas baseadas em "vendedor / comprador disposto".

Esta acção resultou na imposição de um embargo ao país pelos Estados Unidos, Reino Unido e Europa, que foi formalmente condenado pelos líderes da SADC na sua Cimeira anual em 2019.

"A Cimeira observou o impacto adverso na economia do Zimbabwe e na região em geral, das prolongadas sanções económicas impostas ao Zimbabwe, e expressou solidariedade com o Zimbabwe, e apelou ao levantamento imediato das sanções para facilitar a recuperação socioeconómica no país."

A Namíbia, que enfrenta desafios semelhantes na redistribuição de terras, realizou sua segunda conferência nacional de terras em 2018 para abordar a reforma agrária e o programa de reassentamento, bem como a entrega de terrenos e moradias urbanas.

O Livro Branco da África do Sul sobre a reforma agrária contém três elementos principais - restituição, redistribuição e reforma da posse.

Um relatório do Banco Mundial em 2018 apoiou firmemente a reforma agrária abrangente na África do Sul como o único meio de reduzir as disparidades de pobreza e renda e promover a coesão social.

"A África do Sul percorreu um longo caminho desde o advento da democracia, mas sua transição permanece incompleta", disse o relatório do Banco Mundial, porque "a distribuição altamente distorcida de terras e ativos produtivos é uma fonte de desigualdade e fragilidade social, alimentando a disputa sobre os Recursos."

O relatório é intitulado Uma transição incompleta - superando o legado de exclusão na África do Sul. A questão da terra na SADC, portanto, pede que a região se reúna e encontre uma solução comum para enfrentar esses desafios.

Além disso, é importante que os Estados Membros da SADC garantam que a actual onda de iniciativas de reforma agrária, que muitas vezes coincidem com reformas políticas e económicas, ajude a estabelecer as mudanças necessárias nos direitos à terra, bem como as estruturas legais e institucionais. □



Destaque para a segunda fase do programa regional de infraestrutura

por Kumbirai Nhongo

O **DESENVOLVIMENTO** de infraestruturas continua a ser uma prioridade essencial, uma vez que a SADC marca 40 anos de cooperação.

Os Estados Membros reconhecem que a infraestrutura que existia em 1980 quando a então Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) foi estabelecida, não pode mais sustentar as aspirações de desenvolvimento de uma SADC moderna.

É por esse motivo que em 2012 foi adoptado o Plano

Diretor de Desenvolvimento Regional de Infraestrutura (RIDMP), para modernizar e expandir a infraestrutura da África Austral, de modo a criar uma base sólida para o crescimento e desenvolvimento económico.

O RIDMP, que está sendo implementado em três fases, identifica vários projetos prioritários em seis grupos setoriais - transporte, energia, água, tecnologia da comunicação da informação, meteorologia e turismo.

Com a primeira fase do RIDMP expirando em 2018, o foco mudou para a implementação da segunda

fase, o Plano de Acção de Curto Prazo (STAP) II.

Na implementação do STAP II, a SADC está tirando lições das experiências adquiridas na primeira fase do RIDMP, de modo a melhorar o programa geral daqui para frente.

Uma das ferramentas que a SADC está usando para informar a segunda fase é um estudo de 2019 do Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC), revendo a primeira fase do RIDMP.

Os resultados do estudo mostram que apenas cinco por cento dos projectos da Fase Um

foram concluídos em Agosto de 2019.

O estudo identifica desafios e faz uma série de recomendações projectadas para consolidar a estrutura de implementação do RIDMP.

Um dos principais desafios descritos no estudo é o financiamento inadequado para projectos regionais, com 70% dos proprietários do projecto destacando como eles não foram capazes de garantir os recursos financeiros necessários para seus respectivos projetos.

Relacionado com isto está a constatação de que os governos nacionais da SADC enfrentam uma escassez de habilidades e capacidades em termos de preparação e implementação de projectos.

Para mitigar esses desafios, o Secretariado fez parceria com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para fortalecer a capacidade dos Estados Membros na preparação de projectos para melhorar os esforços de mobilização de recursos para projetos regionais de infraestrutura.

Um dos principais resultados da parceria com o BAD foi o desenvolvimento de uma lista prioritária de 62 projectos regionais considerados prontos para financiamento no STAP II.

Exemplos de tais projectos prioritários incluem o Projeto de Transmissão de Energia da Zâmbia-Tanzânia-Quênia e o Projeto de Fase II das Terras Altas do Lesotho.

Além disso, a SADC está a explorar sinergias que existem através do Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas em África, uma estratégia de desenvolvimento de infraestruturas a ser implementada ao nível da União Africana.

Uma dessas vias é o Fórum de Investimento Africano, uma plataforma anual convocada pelo BAD para vincular os proprietários do projecto a potenciais financiadores. □

SADC embarca no programa espacial

OS **ESTADOS-MEMBROS** da SADC começaram a implementar o Quadro para o Programa de Satélite Partilhado da SADC, cujo objectivo é melhorar a comunicação intra-regional e fortalecer a participação da região na indústria espacial.

Isso se segue ao lançamento do programa de partilha de satélite no Seminário de Treinamento em Aplicações de Satélite da União Internacional das Telecomunicações (UIT), realizado em Luanda, Angola, em Janeiro.

Durante o evento, o Ministro angolano de Telecomunicações e Tecnologias da Informação, José Carvalho da Rocha, enfatizou que a implementação da estrutura de satélite partilhado era vital para o desenvolvimento regional sustentável.

Ele reiterou que a partilha de tecnologias entre os Estados Membros ajudaria a reduzir o custo das telecomunicações e permitiria aos cidadãos terem acesso a serviços de qualidade a tarifas acessíveis.

O Seminário atraiu a participação dos Estados Membros da SADC, Organizações Subsidiárias da SADC, organismos reguladores

e operadores de redes móveis, entre outras partes interessadas.

Os participantes foram treinados em vários aspectos, como questões de governação, modelos de partilha de custos e modalidades de partilha do satélite e da rede.

George Ah-Thew, Coordenador Sênior da SADC para Ciência, Tecnologia e Informação, disse que como parte do processo de implementação, os Estados Membros da SADC estavam agora a elaborar políticas nacionais para apoiar e domesticar o quadro de partilha de satélites.

A estrutura de partilha de satélite foi aprovada pelos Ministros da Informação e TIC da SADC na sua reunião sectorial realizada em Dar es Salaam, República Unida da Tanzânia, em Setembro de 2019.

Um Comité de Especialistas em Satélites da SADC foi estabelecido em Março de 2018 para fortalecer a coordenação, incluindo Angola, Botswana, Eswatini, Malawi, Namíbia e África do Sul.

Angola e África do Sul estão liderando inovações em tecnologia de satélite e espacial na região, com os Estados

Membros sendo instados a colaborar com esses dois países na construção de suas respectivas capacidades de satélite.

Em Dezembro de 2017, Angola lançou com sucesso seu primeiro satélite (ANGOSAT-1) em órbita, mas foi forçado a encerrar o projecto após três meses, quando o satélite foi perdido no espaço.

Um substituto, o ANGOSAT-2, está em construção, com o país visando lançar este satélite até 2022.

Em reconhecimento dos seus avanços na tecnologia espacial, Angola preside agora ao Comité de Especialistas em Satélites da SADC e representa a região na UIT em questões relacionadas com satélites e frequências.

Da mesma forma, a África do Sul possui uma política de assuntos espaciais bem desenvolvida e uma estrutura reguladora, compreendendo uma Política Espacial Nacional e uma Estratégia Espacial Nacional.

O país está no processo de estabelecer programas de capacitação em ciências espaciais, engenharia espacial e aplicações espaciais em várias universidades. □



Essencial para a sobrevivência humana

PERSPECTIVAS DAS ZONAS HÚMIDAS

É necessária acção urgente para salvar as zonas húmidas



por Eglina Tauya

A **ÁFRICA** Austral está enfrentando a perda e a degradação de áreas húmidas a um ritmo cada vez maior, um desenvolvimento que exige acções urgentes, pois essa perda afecta o bem-estar humano.

As zonas húmidas estão entre os ecossistemas economicamente mais valiosos do mundo, mas estão desaparecendo três vezes mais rápido que as florestas.

Esta é a principal descoberta da primeira perspectiva das zonas húmidas globais publicado pelo Secretariado da Convenção de Ramsar, um tratado global para proteger áreas húmidas e promover seu uso sábio.

De acordo com a Convenção de Ramsar, "zonas húmidas são áreas de pântano, feno, turfeiras ou água, naturais ou artificiais, permanentes ou temporárias, com água estática ou corrente, fresca, salobra ou salgada, incluindo áreas de água marinha, subterrânea ou superficial das quais na maré baixa não exceda seis metros."

O relatório bem pesquisado intitulado Perspectiva Mundial das Zonas Húmidas publicado em 2018 revelou que cerca de 35% das áreas húmidas do mundo

foram perdidas entre 1970 e 2015, e a taxa de perdas vem se acelerando anualmente desde 2000.

Ecoando o mesmo desafio, a Avaliação Nacional da Biodiversidade de 2019 na África do Sul constatou que mais de 65% das zonas húmidas e dos sistemas fluviais do país foram danificadas e quase metade foi perdida.

Da mesma forma, 82% das zonas húmidas no Zimbabwe foram degradadas e 21% são estáveis, de acordo com o relatório do Estado Nacional do Meio Ambiente de 2017. O Monavale Vlei, por exemplo, está ameaçado por desenvolvimentos de infraestrutura, despejo de resíduos, incêndios, agricultura ilegal e plantas alienígenas.

A perspectiva global alertou que, a este ritmo, as áreas húmidas desaparecerão até 2040 - especialmente nas áreas urbanas, se medidas corretivas não forem tomadas para proteger essa parte crucial do ecossistema.

As perdas foram impulsionadas por grandes tendências, como mudanças climáticas, aumento populacional e urbanização, particularmente de zonas costeiras e deltas de rios, e mudanças nos padrões de

consumo que alimentaram mudanças no uso da terra e da água e na agricultura.

Para o lago Chilwa, no Malawi, a secagem e o enchimento periódicos são de natureza cíclica. No entanto, a exploração crescente e insustentável de recursos, a variabilidade climática e a pressão demográfica crescente ameaçam as áreas húmidas.

A Perspectiva Ambiental da Bacia do Zambeze 2015 informou que a produção de carvão e a agricultura de corte e queima na Zâmbia levaram à deterioração do ecossistema do pântano de Lukanga, resultando em erosão do solo e perda de qualidade da água.

A Perspectiva Mundial das Zonas Húmidas é um alerta sobre a taxa de perda de áreas húmidas e os serviços críticos que eles fornecem.

As zonas húmidas desempenham um papel insubstituível na regulação do clima global. A capacidade de absorver dióxido de carbono, retardar o aquecimento global e reduzir a poluição levou as áreas húmidas a serem chamadas de "Rins da Terra".

Ecossistemas de áreas húmidas saudáveis, como

mangais e turfeiras, absorvem até um terço das emissões de dióxido de carbono.

Os cientistas concluíram que a restauração de áreas húmidas pode oferecer 14% do potencial de mitigação necessário para limitar o aquecimento global a 2 °C.

As zonas húmidas são essenciais no fornecimento de água doce. Eles agem como esponjas absorvendo água durante a estação chuvosa e lentamente liberando-a em córregos, rios e furos durante a estação seca.

As zonas húmidas ajudam a reduzir o risco de desastres, pois mitigam inundações e protegem as costas.

Além disso, as áreas húmidas servem como obras de tratamento natural de esgoto, absorvendo produtos químicos, filtrando poluentes e sedimentos, quebrando sólidos em suspensão e neutralizando bactérias nocivas.

Especialistas em meio ambiente concordam que, sem as zonas húmidas, as cidades terão que injetar mais recursos no tratamento da água para fornecer água limpa.



As zonas húmidas, protegem a diversidade do ecossistema e salvaguardam o bem-estar humano. Cerca de 40% de todas as espécies vivem ou se reproduzem em áreas húmidas.

O primeiro relatório sobre o estado do meio ambiente na África Austral, publicado há 25 anos em 1994, afirma que as zonas húmidas fornecem habitat temporário para espécies migratórias, incluindo aves que voam longas distâncias entre o hemisfério sul e norte e são um refúgio para alguns animais selvagens durante secas.

Os pântanos de Bangweulu, no nordeste da Zâmbia, são ocasionalmente terras inundadas que sustentam mais vida do que a terra ao seu redor.

Zonas húmidas como Malagarasi e Kilombero na Tanzânia, Barotse e Kafue na Zâmbia ou Marromeu em Moçambique fornecem criação de peixes, bem como habitat de animais selvagens, pastoreio e agricultura especializada.

Algumas das zonas húmidas da África Austral incluem a bacia de Etosha, na Namíbia, e as bacias de Makgadikgadi, no Botswana, onde as comunidades se envolvem na agricultura de recessão de inundação, conhecida como cultivo de molapo. Isso ajudou as comunidades a obter meios de subsistência, mesmo em épocas de anos de seca.

O Delta do Okavango, no Botswana, enfrenta ameaças devido à pressão do desenvolvimento. O Delta é o lar de povos indígenas e algumas das espécies de mamíferos mais ameaçadas do mundo, como chita, rinoceronte branco, rinoceronte preto, cachorro selvagem africano e leão.

Em 2019, Angola, Botswana e Namíbia concordaram com

um roteiro para explorar a extensão dos limites do local do Patrimônio Mundial do Delta do Okavango para proteger a bacia hidrográfica e o sistema único das zonas húmidas.

No centro da restauração de áreas húmidas está a necessidade de reconhecer o papel das comunidades indígenas que há muito tempo são guardiãs dos ecossistemas. Garantir seus direitos e desenvolver seu conhecimento é fundamental para o sucesso da restauração e para proteger uma grande parte da biodiversidade da região.

Como uma maneira de conservar as zonas húmidas, os habitantes locais das áreas húmidas de Simlemba, no Malawi, das quais a maioria são mulheres, desenvolveram

estratégias sustentáveis que permitem à comunidade usar os dambos e vleis circundantes sem destruir o ecossistema produtivo.

No Zimbábue, após a crescente pressão e conflito na maneira como as áreas húmidas são gerenciadas, o governo está no processo de formular diretrizes de gerenciamento de áreas húmidas. Espera-se que eles estejam prontos para uso durante o primeiro trimestre de 2020 para fornecer um roteiro e um kit de ferramentas para a proteção das zonas húmidas.

A nível regional, os Estados Membros da SADC desenvolveram várias estratégias, incluindo políticas e legislação regionais para proteger e gerir zonas húmidas para garantir o desenvolvimento sustentável.

O Protocolo da SADC sobre Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, bem como a estratégia de mudança climática da SADC, fala fortemente sobre a necessidade de conservar os ecossistemas das zonas húmidas.

A nível internacional, a maioria dos países da SADC é parte da Convenção de Ramsar, que foi assinada em 2 de Fevereiro de 1971.

Para aumentar a conscientização sobre o papel importante das áreas húmidas no desenvolvimento sustentável, a comunidade global reservou 2 de fevereiro de cada ano como Dia Mundial das zonas Húmidas. O tema da celebração deste ano é "Zonas Húmidas para a biodiversidade". □

Acção regional para garantir a segurança alimentar

É NECESSÁRIO que haja uma acção regional com várias partes interessadas para melhorar a segurança alimentar e nutricional e aumentar a resiliência na região da SADC.

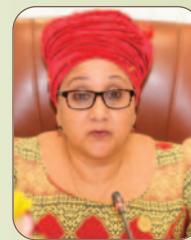
Isto foi dito pela Directora Regional do Programa Mundial de Alimentação das Nações Unidas (PMA) para a África Austral, Lola Castro e pela Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, quando se encontraram em Gaborone Botswana a 24 de Janeiro para discutir cooperação mútua.

As duas individualidades observaram a necessidade de a SADC garantir redes regionais de transporte rodoviário e trânsito eficientes, serviços de transporte e logística, sistemas e procedimentos que facilitariam o movimento de alimentos e

outros suprimentos de socorro para alcançar os necessitados em tempo hábil.

Além disso, a reunião destacou que desastres naturais, como inundações e secas, ameaçam a capacidade da região da SADC de acabar com a insegurança alimentar e a desnutrição, de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Como tal, é essencial que os Estados Membros da SADC fortaleçam a preparação para desastres.

O PMA e a SADC também se comprometeram com a implementação do Memorando de Entendimento (MoU) assinado em 2019, que busca promover e fortalecer a cooperação bilateral para



Lola Castro e Dra. Stergomena Lawrence Tax apelaram para uma acção multisectorial de partes interessadas para melhorar a segurança alimentar e nutricional na região

melhorar a segurança alimentar e nutricional na região.

As duas organizações concordaram em formar uma equipe técnica conjunta para desenvolver um Plano de Acção para operacionalizar o Memorando de Entendimento e desenvolver um Plano de Acção Prévia Regional multisectorial imediata para preparação e resposta eficaz a desastres relacionados ao clima. sadc.int □

Introdução à Década Africana de Acção

Presidente da UA pede acção sobre prioridades continentais

por Joseph Ngwawi

A ANÁLISE de um mercado continental integrado, o desenvolvimento de infraestruturas, o avanço das mulheres e dos jovens e um impulso à paz e à estabilidade política estarão entre as principais questões a serem defendidas pela África do Sul durante seu mandato como presidente da União Africana.

No seu discurso de tomada de posse após assumir a presidência rotativa da UA durante a 33ª Sessão da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da UA em Addis Abeba, Etiópia em Fevereiro, o Presidente Cyril Ramaphosa disse que a África do Sul priorizaria a operacionalização de algumas das aspirações contidas na Agenda 2063.

A Agenda 2063 é uma estrutura estratégica continental adotada pela União Africana (UA) em 2013 para otimizar o uso dos recursos do continente em benefício de todos os africanos.

"Como presidente da UA, estabelecemos prioridades fundamentais para melhorar o progresso que já está em andamento durante a Década de Acção Africana", disse Ramaphosa.

Ele prometeu trabalhar no sentido de "aprofundar a unidade do nosso continente e promover o crescimento econômico inclusivo e o desenvolvimento sustentável".

Ele disse que a África do Sul pressionará por acções coletivas para garantir a unidade política e econômica, a boa governança e a paz sejam fortalecidas para apoiar programas continentais como industrialização, desenvolvimento econômico e promoção comercial e de investimentos.

"Em busca dessa prioridade, acolheremos a 13ª Cimeira Extraordinária sobre a

AfCFTA, que será realizada em paralelo com a Cimeira Extraordinária sobre o Calar das Armas em Maio de 2020.

Ele disse que trabalhando em estreita colaboração com o Presidente Mahamadou Issoufou, do Níger, que é o Campeão da UA na Área Continental Africana de Comércio Livre (AfCFTA), serão envidados esforços para garantir "a finalização de questões pendentes em torno do acordo".

"Todos devemos garantir que a AfCFTA não se torne um canal para produtos com valor acrescentado mínimo da África para entrar e penetrar em nossos mercados locais sob o pretexto de integração continental", disse ele.

A AfCFTA foi lançada em julho de 2019 e deve entrar em operação em julho de 2020, com um Secretariado com sede na capital do Ghana, Accra.

Quando totalmente operacional, a AfCFTA deverá aumentar o comércio intra-africano dos actuais 10% para cerca de 40%.

Ramaphosa, no entanto, reconheceu que o sucesso da AfCFTA dependeria do desenvolvimento de infraestruturas, em particular os identificados sob a Iniciativa Presidencial de Campeões de Infraestrutura (PICI).

"Todos devemos conduzir a implementação da Iniciativa Presidencial de Campeões em Infraestrutura, para que projectos prioritários e de alto impacto atuem como catalisadores da AfCFTA", disse Ramaphosa.

O PICI nasceu de uma proposta em 2010 do ex-presidente da África do Sul, Jacob Zuma, de acelerar o desenvolvimento da infraestrutura regional através da defesa política de certos projetos.

O papel dos campeões é trazer visibilidade, desbloquear



gargalos, coordenar a mobilização de recursos e garantir a implementação do projecto.

Ramaphosa prometeu que a África do Sul usaria seu mandato como Presidente da UA para promover a paz e a estabilidade em todo o continente.

"Faremos uma contribuição para promover a paz e a segurança no nosso esforço coletivo para silenciar as armas".

Ele disse que a África do Sul trabalharia com o Conselho de Paz e Segurança da UA e a Comissão da UA para "concentrar nossos esforços na resolução de conflitos em todo o continente africano, especialmente aqueles que enfrentam conflitos prolongados".

A Cimeira Extraordinária proposta sobre o Calar das Armas está agendada para a África do Sul em Maio de 2020 para analisar a implementação do Roteiro Principal da UA, "e ao mesmo tempo responder a circunstâncias emergentes no cenário africano de paz e segurança", disse Ramaphosa.

"A Cimeira deve propor acções reais que nós, africanos, devemos adotar para acabar com os conflitos e lidar com atos de terrorismo que estão ocorrendo em muitos países e regiões como o Sahel, o Corno de África e agora se espalhando para outras partes da África Austral também."

Ele criticou a interferência de nações ocidentais em países africanos como a Líbia.

"Também devemos lidar com as acções de outros países fora do nosso continente que estão travando guerras por

procuração e alimentando os conflitos em andamento", disse ele, acrescentando que o "princípio de encontrar soluções africanas para os problemas africanos deve ser nosso tema exagerado ao abordar todos os conflitos em nosso continente enquanto trabalhamos dentro das estruturas da UA e da ONU."

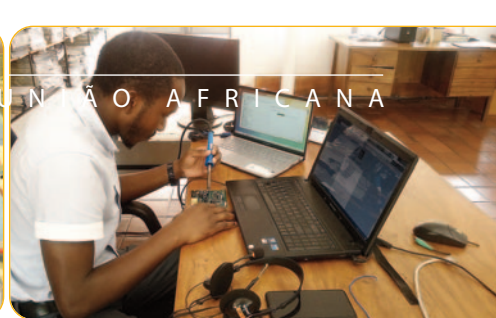
Entre outros, o Presidente da UA prometeu trabalhar com o presidente Denis Sassou N'Goussou, da República do Congo, para convocar uma conferência intra-Líbia este ano para promover o cessar-fogo e o diálogo.

N'Goussou é Presidente do Comitê de Alto Nível da UA na Líbia.

Além da integração comercial e desenvolvimento de infraestrutura, Ramaphosa disse que a África do Sul, durante seu mandato como presidente da UA, pressionará por iniciativas para apoiar o crescimento verde no continente, "e para garantir que o continente aproveite as oportunidades apresentadas pela transição verde".

"Isso inclui novas indústrias de energia, engenharia de materiais, economia circular, agricultura sustentável e produção limpa", disse ele.

Ele convocou o continente a tirar proveito dos dividendos da juventude, bem como do potencial amplamente inexplorado das mulheres em sua busca de se tornar um continente próspero e dirigido por pessoas, baseado no crescimento inclusivo e liberando o potencial de jovens e mulheres adotadas na Agenda 2063: A África que queremos. □



por Kumbirai Nhongo

UM PROGRAMA de campeões Políticos para projectos de infraestrutura continental está começando a receber recompensas no meio de indicações de que há movimento na implementação de projectos prioritários em toda a África.

Falando durante uma reunião da Iniciativa Presidencial de Campeões de Infraestrutura (PICI), realizada à margem da 33ª Sessão da Assembleia da União Africana (UA) na Etiópia, o Presidente da UA e o Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, disse que houve progresso no desbloqueio de fundos para um número de projectos prioritários, graças aos esforços dos campeões presidenciais.

Ele citou quatro projectos que foram pré-seleccionados para acompanhamento rápido e implementação ao longo do Corredor Rodoviário Norte-Sul, que está sendo defendido pela África do Sul.

Esses projectos são o Posto de Fronteira de Beitbridge, o Projecto Hidrelétrico Inga III, o Projecto Hídrico das Terras Altas do Lesotho Fase II e a fabricação de material ferroviário para o mercado africano.

"Temos o prazer de informar que houve um progresso substancial e muito bom nos quatro projectos", disse Ramaphosa.

Avaliações da UA mostram que o PICI está causando impacto, dados os relatórios de que o Projecto Rodoviário e Ferroviário da Ponte Kinshasa-Brazzaville garantiu

Programa de campeões de infraestrutura da UA é fundamental

financiamento após o Fórum Africano de Investimento de 2019, realizado na África do Sul.

Além disso, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) concordou em financiar o Projecto de Rodovia Abidjan-Lagos, que está sendo defendido pela Costa do Marfim.

O PICI foi adoptado na 16ª Cimeira da UA em janeiro de 2011 para acelerar o desenvolvimento da infraestrutura regional através de um sistema de defensores políticos nomeados nos níveis de Chefe de Estado e Governo.

O papel dos campeões é trazer visibilidade, desbloquear gargalos, coordenar a mobilização de recursos, fornecer liderança e garantir a rápida implementação do projeto dentro de um período especificado.

Desde a sua criação, o PICI cresceu de oito líderes africanos em 2011 e o número aumentou para 12.

O Sudão foi formalmente apresentado como o mais novo membro do PICI durante a 33ª Cimeira da UA, em Addis Abeba, na Etiópia, e é responsável por defender o Projecto Sawakin-Port Sudan.

Ramaphosa reconheceu os desafios de financiamento enfrentados pelo continente em relação aos projectos de infraestrutura.

Citando estatísticas do BAD, o presidente da UA disse que o continente exige entre US \$ 130 bilhões e 170 bilhões de dólares norte-americanos por ano para infraestrutura como barragens, centrais, cabos de fibra óptica, portos, estradas, escolas, habitações públicas e clínicas.

Ele, no entanto, observou que a África "não pode saciar a fome de infraestrutura de nosso

continente com nossos recursos limitados" e requer assistência dos parceiros de financiamento. "Segundo o BAD, o déficit de financiamento está entre US \$ 68 bilhões e US \$ 108 bilhões. Isso significa que devemos pensar criativa e expansivamente sobre como podemos fechar essa lacuna", disse Ramaphosa.

O desenvolvimento de infraestrutura é uma das principais prioridades em África, devido ao seu vínculo com o crescimento económico e a redução da pobreza.

É por esse motivo que, em Julho de 2010, foi lançado o Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PIDA) para orientar a implementação de infraestrutura de transporte, energia, água e tecnologias de comunicação da informação no continente.

O PIDA identifica vários projectos e programas de infraestrutura para implementação durante o período de 2010 a 2040.

A SADC tem vários projectos na lista de prioridades do PIDA. Isso inclui a Central Hidroelétrica de Batoka, o Interconector de Energia da Zâmbia-Tanzânia-Quênia (ZTK), a Ponte Ferroviária e Rodoviária Kinshasa-Brazzaville e o Corredor Central na República Unida da Tanzânia.

A construção da estação hidroelétrica de Batoka Gorge deve adicionar 1.600 megawatts de eletricidade, o suficiente para diminuir a escassez na Zâmbia e no Zimbábue.

O interconector ZTK é uma linha de transmissão de alta tensão que conecta a Zâmbia, a Tanzânia e o Quênia.

O projecto visa conectar as redes elétricas e criar um elo

entre o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral e o Grupo de Energia da África Oriental, possibilitando a transmissão de energia do Cabo para o Cairo. □

Sul-africana chefiará o Secretariado da AfCFTA

O ESPECIALISTA em comércio da África do Sul, Wamkele Mene, foi nomeado Secretário Geral do Secretariado da Área Continental Africana de Comércio Livre (AfCFTA).~

A nomeação de Mene foi anunciada durante a 33ª Cimeira da União Africana, realizada em Addis Abeba, Etiópia, em Fevereiro.

Ex-funcionário da Organização Mundial do Comércio, o sul-africano de 43 anos liderou a delegação de seu país durante negociações que culminaram na assinatura do Acordo AfCFTA em 2019.

Espera-se que ele supervisione a implementação do AfCFTA, um acordo comercial que visa criar um mercado único continental de bens e serviços e expandir o comércio intra-africano.

A área de livre comércio deverá começar a operar em Julho de 2020 e o Secretariado da AfCFTA estará sediado na capital do Ghana, Accra.

Espera-se que o Secretariado esteja totalmente operacional até o final de Março. □





Unidade é a chave para o desenvolvimento sustentável - Presidente Nyusi

por Tanaka Chitsa

O PRESIDENTE moçambicano Filipe Nyusi apelou para a paz e unidade nacional, dizendo que uma nação unida é a chave para o desenvolvimento sustentável.

No seu discurso inaugural a 15 de Janeiro, Nyusi disse que, como líder do país, ele garantirá que todos os moçambicanos, apesar de suas filiações políticas, se beneficiem de várias actividades socioeconómicas, programas e projectos iniciados pelo governo.

"Há cinco anos, numa cerimónia como esta, anunciei que seria presidente de todos os moçambicanos. Renovo esta promessa: trabalhar para o Moçambique que todos sonhamos.

"A nossa agenda é desenvolver Moçambique. A nossa agenda é que esse desenvolvimento não seja feito à custa de injustiça, presunção ou desigualdade", disse ele, acrescentando que "todos devemos trabalhar juntos para que Moçambique cresça e acomode todos os moçambicanos".

Nyusi, que está agora a cumprir o seu segundo e último mandato como estipulado pela Constituição Moçambicana, disse que o seu foco prioritário será melhorar as áreas-chave da economia, como agricultura, turismo, saúde e industrialização, bem como consolidar e promover a paz no País e na região.

Para conduzir e implementar as aspirações da nação, Nyusi nomeou um gabinete vibrante composto por ministros experientes.

Por exemplo, a Presidente da Assembleia Nacional, Veronica Macamo, foi nomeada Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Macamo era uma presidente activa do Fórum Parlamentar da SADC (PF), que está a pressionar pela transformação num parlamento regional.

Para garantir a continuidade, Adriano Maleiane foi nomeado Ministro da Economia e Finanças, enquanto Augusta Maita, que foi diretora Geral do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) foi nomeado Ministra do Mar, Águas Interiores e Pescas.

Na integração regional, o Presidente Nyusi afirmou que Moçambique continuará a defender os ideais dos pais fundadores da SADC.

Os pais fundadores da SADC, que incluíram os presidentes fundadores da República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Botswana (Julius Nyerere, Kenneth Kaunda e Seretse Khama, respectivamente) sacrificaram a liberdade económica dos seus países para garantir que o resto da região alcançasse a independência política.

Esta geração de ouro de líderes altruístas acreditava numa região unida, onde todos os cidadãos desfrutavam de altos padrões de vida e paz.

"A integração regional dentro da SADC estará no topo da nossa agenda. Vamos reformular o relacionamento de amizade, solidariedade e cooperação com os estados africanos."

Em Agosto deste ano, Moçambique está programado para sediar a 40ª Cimeira de

Chefes de Estados e Governo da SADC, onde o Presidente Nyusi assumirá a presidência da SADC do seu colega, o Presidente John Pombe Joseph Magufuli da Tanzânia.

Nyusi, que é o líder da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), foi reeleito Presidente após vencer as eleições nacionais de 15 de Outubro de 2019 com 73% dos votos expressos, contra 21% do seu rival mais próximo, Ossufo Momade, da Resistência Nacional de Moçambique (Renamo).

Os resultados foram validados pelo Conselho Constitucional de Moçambique em Novembro de 2019, depois que o partido da oposição contestou os resultados anunciados pela Comissão Nacional de Eleições.

Segundo a lei eleitoral moçambicana, o presidente é eleito diretamente depois de ganhar 50% mais um dos votos válidos.

Nyusi, que assumiu o cargo em 2014 é o quarto presidente

de Moçambique desde que o país conquistou sua independência em 1975.

Na Câmara dos Deputados, com 250 membros, a Frelimo obteve 71% dos assentos, enquanto a Renamo e o MDM conquistaram 22% e quatro%, respectivamente.

Os parlamentares em Moçambique são eleitos através de um sistema de representação proporcional da lista de partidos com base nas províncias do país.

Esta foi a primeira vez que foram realizadas eleições para governadores provinciais após uma alteração na legislação sobre assembleias provisórias que foi realizada no início de 2019.

Nas eleições da assembleia provincial, a Frelimo venceu nas 10 províncias, com maiorias variando de 60% em Nampula a 95% em Gaza.

Sob a alteração da legislação, a pessoa que lidera a lista do partido vencedor automaticamente se torna o governador da província. sardc.net □

Eleições legislativas das Comores



A CONVENÇÃO Reguladora para a Renovação das Comores (CDC), liderada pelo Presidente Azali Assoumani, venceu as eleições legislativas realizadas em 19 de Janeiro.

De acordo com os resultados finais anunciados pela comissão eleitoral de Comores, a CDC obteve 17 das 24 cadeiras legislativas contestadas.

Dois outros assentos foram conquistados por partidos em coligação com a CDC.

Uma segunda ronda de votação está prevista para 23 de Fevereiro para alocar os cinco assentos restantes.

Vários partidos da oposição boicotaram as eleições legislativas, citando irregularidades no processo eleitoral. □

Tribunal ordena repetição das eleições presidenciais no Malawi

O TRIBUNAL Constitucional do Malawi ordenou que a comissão eleitoral organizasse novas eleições presidenciais antes de Julho deste ano.

O tribunal também decidiu que, no período anterior às novas pesquisas, a composição da presidência deveria reverter para o que era antes das eleições nacionais, em 21 de Maio de 2019.

No entanto, o Presidente em exercício, Peter Mutharika, criticou o julgamento e planeia apelar. No sistema de justiça do Malawi, o Tribunal Constitucional não é o tribunal de primeira instância, pois existe um Supremo Tribunal de Apelação. A apresentação de uma apelação a um tribunal superior suspende a sentença pendente do resultado da apelação.

Numa sentença proferida a 3 de Fevereiro no Registo Distrital de Lilongwe no Tribunal Superior do Malawi, um painel de cinco juizes liderados pela juíza Healy Potani citou irregularidades generalizadas na condução das eleições como o motivo para declarar o resultado das pesquisas como nulo e vazio.

"Em todas as eleições haverá irregularidades, mas, no presente caso, constatamos que as irregularidades foram tão difundidas, sistemáticas e graves que os resultados das eleições foram comprometidos e não podem ser confiáveis como reflexo dos votos", disse Potani ao ler parte do julgamento de 500 páginas.

Algumas das irregularidades incluem falha na adesão da Comissão Eleitoral do Malawi (MEC) aos requisitos estatutários no manuseio de folhas de registo e livros de registo, delegação de poderes estatutários pertencentes aos comissários do MEC ao chefe de eleições e aceitação de folhas de registo que foram alteradas usando a correção fluido.

O tribunal decidiu que a composição da presidência deveria reverter para o que era antes das eleições, em 21 de maio de 2019.

Isso significa que o ex-vice-presidente Saulos Chilima, que se

separou do Partido Progressista Democrático (DPP) para formar seu próprio partido em 2018, manteria seu posto como vice-presidente enquanto aguarda a realização de novas eleições. No entanto, isso seria suspenso por recurso.

O presidente Mutharika disse que recorrerá da sentença, descrevendo o veredicto como "uma séria subversão da justiça, um ataque ao sistema democrático e uma tentativa de minar a vontade do povo".

"O julgamento, como é, não pode ser contestado", disse Mutharika em um discurso aos malawianos a 5 de Fevereiro, acrescentando que: "Do jeito que está, o julgamento, se não for curado, representa uma precedência imperfeita para todas as eleições no futuro."

Ele disse que havia instruído a sua equipe jurídica a recorrer da sentença.

A decisão do tribunal de que novas eleições devem ser realizadas dentro de 150 dias significa que o MEC deve solicitar uma nova execução das eleições presidenciais antes de 3 de Julho de 2020.

O Tribunal Constitucional do Malawi tomou a decisão sobre os resultados das eleições depois que Lazarus Chakwera, do partido de oposição do Malaui (MCP) e Chilima, do Movimento de Transformação Unido (UTM), entraram em contato com o tribunal por uma ordem que anulava o resultado da votação presidencial, citando irregularidades generalizadas na condução das eleições presidenciais.

Mutharika havia saído vitorioso na eleição de 2019, derrotando um forte campo de seis outros candidatos à presidência.

Ele derrotou Chakwera por pouco, conquistando 38,57% dos votos expressos durante as eleições presidenciais realizadas simultaneamente com eleições para os membros da Assembleia Nacional e vereadores do governo local.



Chakwera conquistou 35,42% dos votos, enquanto Chilima ficou em um terceiro distante, com 20,24% dos votos.

De acordo com a Constituição do Malawi, o presidente é eleito usando o sistema eleitoral o Primeiro a Chegada, no qual o candidato com o maior número de votos é declarado vencedor, mesmo que tenha obtido menos de 50% dos votos válidos.

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) reconheceu a decisão do Tribunal Constitucional e instou todas as partes interessadas no Malawi a respeitarem o julgamento e manterem a paz e a tranquilidade, enquanto as instituições nacionais relevantes se preparam.

O Presidente do Órgão da SADC para Cooperação Política,

Defesa e Segurança, Presidente Emmerson Mnangagwa, disse que a região continuará a ser tomada pela situação no Malawi.

"A SADC elogia o Tribunal Constitucional por defender a Constituição do Malawi e a lei eleitoral na condução da petição", disse o Presidente Mnangagwa.

"A SADC continuará a apoiar a República do Malawi no processo eleitoral, como guiado pelos Princípios e Diretrizes da SADC que Governam as Eleições Democráticas, e continuará a acompanhar os desenvolvimentos no Malawi."

Outras organizações regionais e internacionais que observaram as eleições presidenciais de 2019 no Malawi, como a União Africana, também observaram a decisão do Tribunal Constitucional. sardc.net □

Dois países da SADC realizarão eleições em 2020

DOIS PAÍSES na região irão às urnas em 2020 - Seychelles e República Unida da Tanzânia.

Os tanzanianos votarão em Outubro para eleger o presidente, parlamentares e conselheiros, enquanto as seichelenses terão eleições presidenciais entre Setembro e Novembro.

Para a Tanzânia, o actual presidente John Magufuli, do partido Chama Cha Mapinduzi (CCM), estará buscando a reeleição para um segundo e último mandato.

O partido governante das Seychelles será representado pelo actual presidente, Danny Faure, enquanto a principal coligação da oposição, Linyon Demokratik Seselwa, será representada por Wavel Ramkalawan. As Seychelles tem 12 partidos políticos registados. □



Novo relatório diz que o trabalho não remunerado das mulheres é agora uma crise global

por Thenjiwe Ngwenya

UM NOVO relatório diz que o trabalho não remunerado das mulheres criou uma lacuna de riqueza que está causando uma crise no desenvolvimento económico e dificultando o crescimento económico.

O relatório recomenda que a comunidade global resolva essa crise com urgência.

Isso está contido num relatório internacional intitulado "Tempo para Cuidar", lançado antes do Fórum Económico Mundial, realizado de 21 a 24 de Janeiro em Davos, na Suíça.

"Observou-se que existe uma enorme lacuna de riqueza entre ricos e pobres, e que a questão do trabalho não remunerado e mal remunerado de mulheres e raparigas se tornou uma crise com a qual o mundo deve lidar", diz o relatório divulgado pela Oxfam.

O relatório diz que, em média, a desigualdade de género está custando à África Subsariana mais de 95 biliões de dólares norte-americanos anualmente, o que afecta negativamente os esforços do continente para alcançar desenvolvimento humano inclusivo e crescimento económico.

O trabalho de assistência não remunerada refere-se a todos os serviços não pagos prestados dentro de uma família, que incluem o atendimento a pessoas, bem como o trabalho doméstico e o trabalho comunitário, enquanto o trabalho de assistência mal remunerada é descrito como pagamento de salários inferiores ao que é devido ou normalmente exigido.

O trabalho não remunerado é um aspecto importante da actividade económica e um factor indispensável

que contribui para o bem-estar de indivíduos, famílias e sociedades.

No entanto, o trabalho de assistência não remunerada e mal remunerada é um importante factor que contribui para a desigualdade de género e a pobreza entre as mulheres.

As mulheres ganham muito menos em comparação com os homens, apesar de todas as campanhas de igualdade de género em todo o mundo, e o relatório afirma que os homens em todo o mundo possuem 50% mais riqueza do que as mulheres.

Na maioria dos casos, as mulheres enfrentam uma dupla carga devido a responsabilidades de múltiplas funções, que incluem ser esposa, cuidadora, mãe e também empregadora.

Essas múltiplas funções fornecem principalmente mão-de-obra barata ou gratuita, que deve ser paga em conformidade.

Somente o trabalho não remunerado, calculado pela Oxfam, atinge o valor de pelo menos 10,8 triliões de dólares norte-americanos por ano e as mulheres também

trabalham 12,5 biliões de horas sem remuneração ou reconhecimento a cada ano. Numerosos estudos na África Austral revelam que dois terços dos cuidadores são mulheres e um quarto deles tem mais de 60 anos de idade.

Na África do Sul, uma avaliação nacional dos cuidados domiciliares constatou que 91% dos cuidadores eram mulheres. Isso se deve a várias demandas sociais e culturais das mulheres para que adoptem o papel de cuidadora familiar.

O Programa de Rede de Género da Tanzânia (TGNP) fez uma pesquisa sobre os encargos de atendimento ao HIV e SIDA que as mulheres enfrentam.

Há evidências de que mulheres e raparigas continuam prestando mais cuidados não remunerados em todos os contextos, o que dificulta o empoderamento económico e também mostrou importantes implicações políticas, especialmente na redução da pobreza.

No entanto, a desigualdade de género no trabalho de assistência não remunerada e mal remunerada influencia as disparidades de género

e tem implicações significativas para a capacidade das mulheres de participar activamente no mercado de trabalho.

Recomenda-se aos governos que facilitem a participação de prestadores de cuidados e profissionais de saúde não remunerados em fóruns e processos de formulação de políticas em todos os níveis e invistam recursos na coleta de dados abrangentes que possam melhor informar a formulação de políticas e avaliar o impacto das políticas sobre os prestadores de cuidados.

Além disso, recomenda-se que as estruturas de família, sociedade e governação sigam a estrutura de atendimento dos 4Rs, que envolve:

- "Reconhecer" que o trabalho não remunerado é realizado principalmente por mulheres;
- "Reduzir" o número total de horas gastas em cuidados não remunerados;
- "Redistribuir" o trabalho de assistência não remunerada dentro das famílias; e,
- "Representar" cuidadores na tomada de decisão. □

Política da SADC sobre a integração do trabalho não remunerado nas contas e orçamentos nacionais

A POLÍTICA de Género da SADC, adoptada em 2007, estipula que os Estados Membros devem integrar o trabalho doméstico não remunerado nas contas e processos orçamentais nacionais, com o objectivo de reconhecer e avaliar o trabalho não remunerado realizado por mulheres, bem como orçar os serviços essenciais a esse respeito.

No Artigo 16 do Protocolo revisto da SADC sobre o Género e

Desenvolvimento, os Estados Membros concordaram em "reconhecer e valorizar os cuidados não remunerados e o trabalho doméstico através da prestação de serviços públicos, infraestrutura e políticas de protecção social".

No entanto, o relatório da Oxfam mostrou que a maioria dos países, incluindo os Estados Membros da SADC, ainda tem um longo caminho a percorrer em termos de reconhecimento da

importância dos cuidadores, e na região da SADC as mulheres passam mais tempo no trabalho de assistência não remunerada do que os homens.

Na região, a pandemia de HIV e SIDA e a escassez de água e energia estão entre os factores que causaram mais constrangimentos as múltiplas funções das mulheres, sobrecarregando as mulheres com trabalho adicional não remunerado e não reconhecido. □



ÁFRICA AUSTRAL HOJE

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

Secretariado da SADC, SADC House, Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR

Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL

Joseph Ngwani, Kizito Sikuka, Eglene Tauya, Admire Ndhlovu, Phyllis Johnson, Nyarai Kampilipili, Kumbirai Nkhongo, Maidei Musimwa, Tariro Mutwira, Tanaka Chitsa, Monica Muteru, Raymond Ndhlovu, Nyasha Jamanda, Thenjiwe Ngwenya, Eunice Kadiki

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.

TRADUTOR

Bonifácio António

© SADC, SARDC, 2020

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya, Anisha Madanhi

FOTOS E ILUSTRAÇÕES

P1 googleusercontent.com, theconversation.com; P2 mediabroadcasting.net, buzzsouthafrica.com; P4-5 herald.co.zw, afrik21.africa, pv-tech.org, southerntimes.com; P6 neweralive.net; P7 ft.com, tzbusinessnews.com, techcentral.co.za; P8-9 OKACOM Secretariat, sundaymail.co.zw, Irene Lungu-Chipili, Lola Castro Twitter, dobecology.nl; P10 fna.fbcdn.net; P11 cdnuploads.aa.com.tr, cisp.cachefly.net, T Ngwenya, polity.org.za; P12 cmsqz.com, whisperye.com; P13 upnewsinfo.com, thepublicradio.org, hdnux.com, thesouthafrican.com; P14 m.miningweekly.com, Oxfam, T Ngwenya, sundaymail.co.zw

Subscreva Hoje

ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao
sadctoday@sardc.net

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral

Julius K. Nyerere House, 15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Tel +263 242 791 141

www.sardc.net



[sardc.net](https://www.facebook.com/sardc.net)



[@sardc.net](https://twitter.com/sardc.net)

Austrian
Development Cooperation

Este documento foi produzido no contexto de um projeto financiado pela Agência Austríaca de Desenvolvimento / o Desenvolvimento Austríaco Cooperação. A responsabilidade do conteúdo desta publicação reside inteiramente no autor; as informações e opiniões expressas não refletem a opinião oficial da Agência austríaca de desenvolvimento / Cooperação austríaca para o desenvolvimento.



Fevereiro – Março 2020

Fevereiro
2, Global

Dia Mundial das Zonas Húmidas

O Dia Mundial das Zonas Húmidas é marcado por acções públicas para consciencializar os legisladores, formuladores de políticas e implementadores e empresas sobre a natureza essencial das áreas húmidas para o abastecimento de água e, portanto, a sobrevivência humana. A construção e o abuso de zonas húmidas continuam e um relatório recente diz que as zonas húmidas estão desaparecendo três vezes mais rápido que as florestas (ver p8,9).

9-10, Etiópia

Cimeira da União Africana

A 33ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da África reúne-se em Adis Abeba para discutir o tema "Calar as Armas: Criando condições favoráveis para o desenvolvimento de África". Os líderes africanos discutem o avanço da integração continental na sua Cimeira anual. A África do Sul vai se tornar Presidente durante o próximo ano.

15-20, África do Sul

Grupo de Referência da Estratégia da Água da SADC

O Grupo de Referência da Estratégia da Água reúne-se para discutir a implementação do programa regional de água na região da SADC. O Grupo de Referência da Estratégia da Água é composto pelo Secretariado da SADC e por parceiros internacionais de cooperação.

16-21, Zimbabwe

Conferência Anual e Assembleia Geral da RERA

A reunião anual fornece uma plataforma para os membros da Associação Regional de Reguladores de Energia (RERA) discutirem a harmonização de políticas regulatórias, legislação, normas e melhores práticas na região da SADC.

24-27, Zimbabwe

6º Fórum Regional Africano do Desenvolvimento Sustentável

A conferência, organizada em conjunto pela Comissão Económica das Nações Unidas para a África e pelo Governo do Zimbabwe, analisará os progressos realizados pelo continente na implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O tema deste ano é "2020-2030: Uma década para apresentar uma África transformada e próspera através da Agenda 2030 e da Agenda 2063".

27, Zâmbia

Conselho de Ministros da ZAMCOM

O Conselho de Ministros da Comissão da Bacia Hidrográfica do Zambeze fornece orientação política para a gestão e desenvolvimento cooperativos da Bacia do Rio Zambeze. O conselho aprova os planos de trabalho e orçamentos anuais e considera as recomendações do Comitê Técnico da ZAMCOM.

Março

3-4, África do Sul

Indaba sobre Energia em África

A Indaba reunirá especialistas internacionais e continentais para partilhar ideias e soluções para os desafios energéticos enfrentados pela África, enquanto explora as vastas oportunidades de desenvolvimento de energia oferecidas para a África. O tema para 2020 é "Energia Africana - Catalisando Investimentos e Oportunidades de Negócios".

4-7, Zimbabwe

Cimeira e Expo 2020 sobre Infraestruturas

Oficiais do governo, especialistas em infraestrutura e banqueiros da África do Sul, Zâmbia, Zimbabwe e outros países vão se reunir nas Cataratas Vitória para discutir medidas para fortalecer o desenvolvimento da infraestrutura e oportunidades relacionadas nos três Estados Membros da SADC. O tema é "Importância das infraestruturas para o crescimento económico e a prosperidade partilhada".

8, Global

Dia Internacional da Mulher

Esta é uma ocasião para refletir sobre os progressos alcançados no avanço da igualdade e discutir outras mudanças necessárias. A Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW) reúne-se na sede da ONU, em Nova Iorque, para uma revisão global. O tema para este ano é # IWD2020 # Cada um por Igual.

9-20, UN Nova Iorque

64ª Sessão da ONU da CSW / Beijing +25

A Comissão das Nações Unidas sobre a Situação da Mulher reúne-se anualmente e é o principal organismo intergovernamental global dedicado à promoção da igualdade de género e do empoderamento das mulheres, monitorando e analisando o progresso na implementação da Declaração e Plataforma de Acção de Beijing.

10-15, Tanzânia

Conselho de Ministros da SADC

O Conselho de Ministros da SADC, que se reúne duas vezes por ano, é responsável por supervisionar e monitorar as funções e desenvolvimento da SADC, e garantir que as políticas sejam implementadas para promover a integração regional.

22, Global

Dia Mundial da Água

O Dia Mundial da Água é celebrado a 22 de Março de cada ano para concentrar a atenção em cuidar da água. O tema deste ano, "Natureza e mudanças climáticas", explora as ligações entre água e as mudanças climáticas.

Namíbia comemora 30 anos

ESTE ANO de 2020 marca o trigésimo aniversário de independência nacional da Namíbia da ocupação do apartheid na África do Sul.

Após a Conferência de Berlim de 1885, onde as potências imperialistas da Europa se uniram para dividir a África principalmente pelo interesse em recursos minerais, a Namíbia foi alocada na Alemanha. Após a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, a Namíbia foi governada por Pretória sob mandato da Liga das Nações e, após o final da Segunda Guerra Mundial, as Nações Unidas instituíram um sistema de tutela para colocar as antigas colônias alemãs na África sob controle da ONU, mas na África do Sul rejeitou argumentando que a maioria do povo do território estava contente com o domínio sul-africano. Ela procurou expandir a influência das políticas de apartheid promulgadas na África do Sul e esmagou qualquer resistência com a mesma retribuição racial enfrentada pelos sul-africanos negros.

No entanto, em 1966, a Assembléia Geral da ONU decidiu encerrar o mandato, declarando que a África do Sul não tinha outro direito de administrar o território e que a partir de então o sudoeste da África ficaria sob responsabilidade direta da ONU.

Através da liderança de Sam Nujoma e Andimba Toivo ya Toivo, foi criada, em 1960, a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) para exigir independência política nacional. Em Junho de 1966, Peter Nanyemba, Comandante do Exército de Libertação Popular da Namíbia (PLAN), a ala militar da SWAPO anunciou o início da guerra pela independência, dizendo: "Não temos alternativa a não ser pegar em armas e trazer nossa própria libertação. Nós somos nossos próprios libertadores."

Os primeiros tiros da guerra foram disparados a 16 de Agosto de 1966 em Omugulugwombashe, na região de Omusati, no norte da Namíbia. Isso marcou uma mudança estratégica da confiança nas políticas de protestos e petições como a principal forma de luta anticolonial, embora estas continuassem em conjunto.

Após uma prolongada luta armada e a derrota da força de defesa sul-africana no sul de Angola por uma força militar conjunta de Angola, Cuba e PLAN, os negociadores da SWAPO assinaram um acordo de cessar-fogo com a África do Sul em Março de 1989, estabelecendo o ritmo para as primeiras eleições democráticas na Namíbia e sua transição para a independência a 21 de Março de 1990.

Esta vitória política não ocorreu isoladamente, mas foi um esforço regional através da cooperação organizada e estratégica dos Estados da Linha da Frente e do Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana.

Isto reflete a união e os vínculos regionais que levaram a libertação dos países africanos do domínio colonial, e pode continuar a ser aproveitado pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e pela União Africana, enquanto a luta continua pelo desenvolvimento e integração econômica. □

LIBERDADE através dos olhos do General Tongogara

JOSIAH MAGAMA Tongogara nasceu a 4 de Fevereiro de 1940 e se envolveu na luta de libertação do seu país, o Zimbabwe, quando jovem, na década de 1950. Ele subiu na hierarquia até se tornar comandante das forças da ZANLA e participou das negociações de independência da Lancaster House antes de perder a vida num acidente de viação em Moçambique a 26 de Dezembro de 1979.

Uma exposição de fotos, documentos e objectos, incluindo cartas para sua esposa e seu caderno operacional, foi aberta na Galeria Nacional do Zimbabwe no seu aniversário, a 4 de Fevereiro, sob o tema, LIBERDADE através dos olhos do General Tongogara.

A exposição retrata sua vida como um jovem activista, um homem de família e um combatente da liberdade, e será aberta até Fevereiro e Março de 2020 na Galeria Nacional do Zimbabwe.

Numa prévia visita privada especial a exposição, Sua Excelência ED Mnangagwa, Presidente da República do Zimbabwe, enfatizou o valor do património preservado pela Sra. Tongogara e sua família, exortando outras pessoas que têm fotos, papéis e documentos históricos a protegê-los e partilhar com os jovens de hoje em publicações e exposições públicas, além de preservá-los em museus e arquivos. □



FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Fevereiro – Abril 202

1 Fevereiro	Abolição da Escravatura	Maurícias
3 Fevereiro	Dia dos Heróis	Moçambique
4 Fevereiro	Dia Nacional da Luta Armada	Angola
21 Fevereiro	Maha Shivaratree	Maurícias
	Dia Nacional da Juventude	Zimbabwe
25 Fevereiro	Carnaval	Angola
3 Março	Dia dos Mártires	Malawi
*9 Março	Dia da Mulher	Angola, Zâmbia
11 Março	Dia de Moshoeshe	Lesotho
12 Março	Dia Nacional	Maurícias
	Dia da Juventude	Zâmbia
18 Março	Dia do Sheik Cheikh Al Maarouf	Comores
21 Março	Dia da Independência	Namíbia
	Dia dos Direitos Humanos	África do Sul
22 Março	Leilat al - Meiraj	Comores
23 Março	Dia da Libertação da África Austral	Angola
25 Março	Ougadi	Maurícias
29 Março	Dia dos Mártires	Madagáscar
4 Abril	Dia da Paz e Reconciliação	Angola
7 Abril	Dia da Mulher	Moçambique
	Dia do Sheik Abeid Karume	Tanzânia
10 Abril	Sexta-feira Santa	Toda SADC excepto ...
		Comores, RDC, Madagáscar, Maurícias, Moçambique
11 Abril	Sábado Santo	Malawi, Zâmbia, Zimbabwe
12 Abril	Domingo de Pascoa	Namíbia, Zimbabwe
13 Abril	Segunda-feira de Pascoa	Toda SADC excepto ...
		Angola, Comores, RDC, Maurícias, Moçambique
	Dia da Família	África do Sul
18 Abril	Dia da Independência	Zimbabwe
19 Abril	Aniversário do Rei	Eswatini
20 Abril	Feriado Público	Eswatini
25 Abril	Dia da Bandeira Nacional	Eswatini
26 Abril	Dia da União	Tanzânia
27 Abril	Dia da Liberdade	África do Sul

* Em vez disso (dia mais próximo do Dia da Mulher, 8 de Março)